

Resumo A3: Debates sobre a soberania e a segurança alimentar

Ananda Basotti
Bruna Araújo
Guilherme Torga
Leticia Souza
Luiza Mazzafera
Mauricio Chaim

A disseminação da noção de segurança alimentar iniciou-se nos países centrais do capitalismo no período do pós-guerra. O propósito da segurança alimentar, aquela inscrita nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) na Europa, visa assegurar o abastecimento dos mercados alimentares europeus através de uma forte sustentação da produção de alimentos considerados estratégicos e com a administração de estoques públicos alimentares (prevenção).

Nesse período pós guerra, o crescimento econômico na Europa favoreceu as políticas de pleno emprego, permitindo a absorção de agricultores que migravam para as cidades por causa da forte eletividade do processo de modernização da agricultura. Devido a essa condição de modernização acelerada que uma agricultura familiar, muito equipada e produtiva, foi preservada na Europa. Partindo de uma visão produtivista, o ponto central desta política com vistas à segurança alimentar foi assegurar uma oferta abundante e com preços reduzidos de produtos alimentares europeus.

A intervenção do Estado, no pós-guerra, foi decisiva para conformar o modelo de exploração agrícola correspondente à empresa familiar, ajustada ao desenvolvimento capitalista e industriais. Assim, alcançou-se os objetivos das políticas de segurança alimentar por conta desta orientação da modernização agrícola. No entanto, esta orientação, atualmente chamada produtivista, torna-se cada vez mais contestada por seus efeitos sociais e ambientais. De fato, se a agricultura familiar pôde cumprir, com abundância, a função alimentar que lhe foi atribuída, as políticas agrícolas produtivistas levaram a inconvenientes consideráveis, tais como excedentes custosos, degradação dos recursos naturais desaparecimento de explorações familiares marginalizadas.

No Brasil, a proposta da segurança alimentar teve como objetivo, evidente na Conferência Nacional de Segurança Alimentar de 1994, estimular uma forte mobilização social, com vistas a uma democratização substantiva do país, representada, em primeiro lugar, pelo acesso a uma alimentação adequada.

Em concorrência a esta perspectiva, outra proposta apresentada ao debate pela Associação Brasileira de Agribusiness foi de reforçar a importância do setor agroindustrial para a concretização dos objetivos de segurança alimentar. Nesta ótica, trata-se de privilegiar uma oferta alimentar

abundante, antes de se estabelecer outros compromissos sociais, tais como aqueles em torno da reforma agrária.

Em 1996, ocorreu a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma. A Via Campesina, organização fundada em 1992 visando representar os agricultores camponeses e familiares do planeta, negou-se a assinar o documento final pois o considerava como muito produtivista. A Via Campesina avaliava que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos.

A posição produtivista supõe e propaga a ideia de que o comércio internacional de alimentos constitui o fator chave para a segurança alimentar e para o direito à alimentação. Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento sem entraves do comércio internacional de produtos agrícolas favorece a redução dos preços dos alimentos, o que já satisfaz os requisitos de segurança alimentar e de direito à alimentação. Contudo, devido aos desequilíbrios internacionais, depois de muitos anos de medidas antiprotecionistas e em favor do comércio internacional, pode-se constatar um aumento da produção alimentar mundial, que não é acompanhado de uma melhor alimentação da população mundial.

Neste quadro, a noção da soberania alimentar passou a ser muito difundida a partir de 1996 pela Via Campesina, com outras associações contrárias à tendência de total liberalização do comércio internacional no campo agroalimentar. A ação corporativista em favor dos agricultores camponeses da Via Campesina – cujos membros no Brasil são por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – associa a noção de soberania alimentar à solidariedade internacional.

Defensor da soberania alimentar, Miguel Altieri acentua as contradições em torno da dependência em petróleo da agricultura moderna, industrial e capitalista, cujas lógicas, aliás, favorecem uma reorientação produtiva do cultivo de alimentos para aquele de agrocombustíveis. Esta agricultura industrial destrói os serviços ecossistêmicos, o que coloca em risco sua própria preservação.

Como resposta a estes danos, Altieri propõe um paradigma alternativo de desenvolvimento agrícola, através de sistemas alimentares mais equitativos e viáveis para agricultores e consumidores. Nesta perspectiva, o livre comércio sem controle social (no qual predomina o poder das multinacionais e prevalece modelos agroexportadores) é o principal mecanismo que expulsa os agricultores de suas terras, constituindo um obstáculo para alcançar desenvolvimento e segurança alimentar local. A soberania alimentar é apresentada então como única alternativa viável para o sistema alimentar em colapso. Esta proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo e ações organizadas para ter acesso à terra, água ou agrobiodiversidade. Assim, os recursos fundamentais devem ser controlados

pelas comunidades para conseguir produzir alimentos com métodos agroecológicos.

Outro defensor da soberania alimentar, Marc Dufumier apresenta muitas vantagens da agricultura familiar ou camponesa, cujos sistemas de produção são aqueles mais inspirados e próximos da agroecologia (favorável ao desenvolvimento sustentável), o que seriam antídotos aos desgastes da agricultura industrial e produtivista.

Quanto à soberania alimentar, ela pode se relacionar com a sustentabilidade. Os debates atuais em torno da sustentabilidade, do aquecimento global ou da perda de biodiversidade sustentam as ideias de soberania alimentar. As agriculturas locais (menos intensivas em insumos industriais e com menor deslocamento para o escoamento de seus produtos) apresentam trunfos consideráveis, conciliando sustentabilidade e soberania alimentar.

Em um apanhado geral, os debates sobre as questões agroalimentares conhecem o crescimento de uma série de ideias, de valores e de propostas em nome da soberania alimentar. Essa preocupação se associa estreitamente com as insatisfações provocadas por ambivalências em torno de concepções e projetos visando promover a segurança alimentar.

As agriculturas locais não são vistas, sob uma ótica produtivista, como propulsoras de soluções eficazes de satisfação alimentar. No entanto, os defensores da soberania alimentar dirigem muitas críticas ao descaso com as condições de vida e de produção da maior parte das famílias agricultoras do mundo, que constituem o grupo social mais afetado pela insegurança alimentar. Com mais apoio, estas agriculturas familiares poderiam constituir a melhor solução de combate à fome e em favor de uma alimentação saudável.

De fato, o comércio se originou com a troca de excedentes econômicos. Trata-se das "sobras", ou seja, a produção além da necessária para suprir as necessidades básicas de determinado grupo.

A alimentação é por sua natureza uma das necessidades mais básicas do homem. Logo a produção de alimentos não pode ser encarada como a mera produção de bens de consumo, pois dela depende a sobrevivência dos seres humanos.

No pós-guerra, a Europa procurou evitar uma crise alimentar com uma série de mecanismos públicos com a finalidade de garantir o abastecimento da sua população, com subsídios à agricultura. Todavia, com o surgimento das concepções neoliberais, esses mesmos países passam, em grande medida, a pregar o livre comércio de alimentos, o que favorece o escoamento de uma abundante produção de alimentos com baixos preços.

Por outro lado, o neoliberalismo leva os países da periferia do capitalismo a privilegiar a exportação de produtos agrícolas em detrimento do cultivo local de alimentos para sua população, que passa fome. Tal fenômeno contraria a essência primordial do comércio, ou seja a comercialização dos excedentes, e não a produção exclusivamente para o fim comercial.

Assim, os desafios de se garantir a soberania alimentar são enormes em um mundo globalizado, onde o livre comércio e a produção de commodities para exportação é palavra de ordem. Uma resposta em prol da soberania alimentar seria a realização de uma reforma agrária ampla. Porém, há muitas críticas à reforma agrária, mas seus problemas não são péticos, ou seja, não são imutáveis. Uma formulação pertinente para a reforma agrária seria conceber polos de urbanização ao longo de todo o país, em torno dos quais seria possível desenvolver políticas para descentralizar a população. Desta maneira, o homem do campo não estaria isolado, tendo acesso aos convenientes das cidades e aos mercados consumidores em cadeias curtas. O investimento na formação técnica desses agricultores, principalmente na gestão econômica, constitui igualmente medida importante. Enfim, com uma tal reforma agrária, que poderia ser gradual, a intervenção do Estado seria mais eficaz para o combate contra a fome.